



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



EMPRESA DE TREN SURB URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A - TREN SURB

Empresa Pública - Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

**DIRETORIA EXECUTIVA
SETOR DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

Porto Alegre, 14 de Julho de 2020

**EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO
ALEGRE - TRENSURB**

Relatório de revisão do auditor independente

**Demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2020**

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB

**Demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Balancos patrimoniais intermediários

Demonstrações intermediárias de resultados

Demonstrações intermediárias dos resultados abrangentes

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa

Demonstrações intermediárias do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão das demonstrações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Contábeis Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1).

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4 a demonstrações financeiras intermediárias, as divulgações e os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e aquelas referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentadas para refletir a correção na classificação dos estoques de peças sobressalentes dos trens para o ativo imobilizado; registrar o reconhecimento das depreciações correspondentes a esses itens, e eliminar da demonstração dos fluxos de caixa, os ingressos de Recursos de subvenção do tesouro nacional, com o objetivo de adequar esses efeitos naquelas demonstrações financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras intermediárias é considerada informação suplementar. A demonstração intermediária do valor adicionado foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 07 de fevereiro de 2020, sem modificação.

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras intermediárias, da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB**, referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 09 de agosto de 2019, sem modificação.

Porto Alegre - RS, 31 de agosto de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC RS 005519/F 0



Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - RS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em Reais)

ATIVO		31/12/2019		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		30/06/2020	Reapresentado	30/06/2020	31/12/2019 Reapresentado
NOTA				NOTA	
ATIVO CIRCULANTE					
5	Caixa e equivalentes de caixa	243.761.748	236.834.247	16	Fornecedores
6	Créditos a Receber	2.207.934	2.301.701		Impostos e taxas a recolher
7	Subvenções - SIAFI com vinculação de pagamento	10.091.131	6.298.754		Contribuições sociais a recolher
8	Adiantamento de férias e débitos de empregados	5.975.017	3.813.179		IRPJ/CSLL a Pagar
	Adiantamento de fornecedores	1.942	1.942	17	Obrigações trabalhistas
9	Direitos a receber	374.599	275.931	18	Adiantamento de Clientes
10	Impostos a recuperar	346.698	347.232	19	Credores por convênios
11	Estoques	18.921.062	19.933.790		Credores por depósitos
	Despesas do exercício seguinte	320.427	348.304	27c	Plano de Previdência - Deficit Atuarial
		282.000.559	270.155.080		52.475.772
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
	Realizável a longo prazo			14c	Provisão IR/CS diferido
	Aplicação em títulos e valores mobiliários	675	675	22a	Adiantamentos para aumento de capital
12	Depósitos judiciais	22.424.449	20.988.399	27c	Plano de Previdência - Deficit Atuarial
8	Débitos de empregados	212.729	212.729	20a	Provisão para contingências trabalhistas
13	Garantias à Juízo	42.411.917	35.448.285	20b	Provisão para contingências cíveis
13	Penhora s/ receita própria	461.127	519.038		
		65.510.897	57.169.127		201.521.839
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Investimentos em participações societárias	22.696	22.696	21a	Capital social
14	Imobilizado	1.316.272.030	1.339.143.787	22a	Adiantamentos para aumento de capital
15	Intangível	4.232.737	5.036.387	14c	Ajuste avaliação patrimonial
		1.320.527.463	1.332.653.258	21b	Prejuízos acumulados
		1.386.038.359	1.389.822.384		1.414.041.307
TOTAL DO ATIVO		1.668.038.918	1.671.527.077	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
					1.668.038.918
					1.671.527.077

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019 Reapresentado	01/04/2019 à 30/06/2019 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	23	51.818.813	15.503.641	82.949.001	46.554.513
Custo dos serviços prestados	24	(123.389.120)	(61.115.102)	(125.518.030)	(63.385.035)
PREJUÍZO BRUTO		(71.570.307)	(45.611.460)	(42.569.029)	(16.830.522)
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(37.696.286)	(14.569.957)	(39.498.217)	(20.812.612)
Outras receitas e despesas		(3.862.225)	(7.758.582)	(3.955.650)	(4.061.755)
Condenações Trabalhistas		(391.309)	(4.698.691)	(1.117.162)	(371.178)
Provisão/reversão ações trabalhistas	20a	(871.867)	(3.195.928)	(8.366.341)	(7.373.605)
Provisão/reversão ações cíveis	20b	(3.064.035)	3.978	4.493.626	3.147.293
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		464.986	132.058	1.034.228	535.735
		(41.558.511)	(22.328.539)	(43.453.867)	(24.874.368)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(113.128.818)	(67.940.000)	(86.022.895)	(41.704.890)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		8.517.477	3.512.067	(2.517.785)	(959.246)
Receitas financeiras		9.113.260	3.763.820	8.061.778	4.619.949
Despesas financeiras	22a	(595.783)	(251.754)	(10.579.563)	(5.579.195)
SUBVENÇÕES DO TESOUREO NACIONAL	22b	89.234.413	45.472.868	118.509.680	58.855.237
RESULTADO OPERACIONAL		(15.376.928)	(18.955.065)	29.969.000	16.191.101
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(15.376.928)	(18.955.065)	29.969.000	16.191.101
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO	26	(728.928)	-	(7.319.936)	(4.417.682)
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(16.105.856)	(18.955.065)	22.649.065	11.773.420
Lucro líquido / (Prejuízo) por ação do capital social		(0,0017)	(11.679.178)	0,0024	0,0012

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em Reais)

	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019 Reapresentado	01/04/2019 à 30/06/2019 Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO PERÍODO	<u>(16.105.856)</u>	<u>(18.955.065)</u>	<u>22.649.065</u>	<u>11.773.420</u>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(16.105.856)</u>	<u>(18.955.065)</u>	<u>22.649.065</u>	<u>11.773.420</u>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		1.673.424.165	38.623.191	-	(695.658.493)	1.016.388.863
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 ajustado		1.673.424.165	38.623.191	-	(76.604.125) (772.262.618)	(76.604.125) 939.784.738
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	23.000.721	-	23.000.721
Aumento de Capital Por incorporação de créditos		-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	(1.359.005)	-	24.708.163	23.349.158
Lucro líquido do período		-	-	-	22.649.065	22.649.065
Ajuste avaliação patrimonial Realização da reserva do custo atribuído Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído		-	(1.359.005) (2.059.099) 700.094	-	2.059.099 2.059.099 -	700.094 700.094 -
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2019 - reapresentado		1.673.424.165	37.264.186	23.000.721	(747.554.455)	986.134.618
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - reapresentado		2.014.563.144	35.905.205	27.906.441	(651.607.828)	1.426.766.962
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	2.813.770	-	2.813.770
Total do resultado abrangente		-	(1.099.544)	-	(14.439.881)	(15.539.424)
Prejuízo do período		-	-	-	(16.105.856)	(16.105.856)
Ajuste avaliação patrimonial Realização da reserva do custo atribuído Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	14c 14c	-	(1.099.544) (1.665.975) 566.431	-	1.665.975 1.665.975 -	566.431 566.431 -
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020		2.014.563.144	34.805.661	30.720.210	(666.047.708)	1.414.041.307

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em Reais)

	NOTA	30/06/2020	30/06/2019
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(16.105.856)	22.649.065
AJUSTADO POR:			
Depreciação e Amortização		26.154.393	25.200.524
Baixa de bens do ativo imobilizado		1.364	-
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	22a	594.761	10.543.488
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	20	3.935.903	3.872.715
Provisão para IRPJ e CSSL		728.928	7.319.936
		15.309.492	69.585.727
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		93.767	(138.106)
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(3.792.377)	(3.147.817)
Estoques		1.012.727	(2.014.627)
Tributos e Contribuições a Recuperar		534	3.020.922
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		(8.341.770)	(4.040.773)
Demais contas de Ativo		(2.232.629)	(3.203.473)
		(13.259.748)	(9.523.874)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		1.751.895	2.983.585
Impostos e taxas a recolher		37.328	(5.772)
Contribuições sociais a recolher		(190.189)	139.207
IRPJ/CSSL a Pagar		(1.397.904)	(2.902.886)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		4.018.368	4.448.521
Credores por convênios e depósitos		842.681	(436.404)
Plano de previdência e pensão a empregados		(218.291)	(944.251)
Contingências trabalhistas e cíveis	20	(299.553)	(943.042)
		4.544.336	2.338.958
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais		6.594.080	62.400.812
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(2.480.349)	(1.315.626)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(2.480.349)	(1.315.626)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital	22a	2.813.770	2.981.148
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento		2.813.770	2.981.148
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5	6.927.501	64.066.334
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		236.834.247	131.974.827
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		243.761.748	196.041.161

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em Reais)

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receita de prestação de serviços	50.543.083	81.266.245
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões	1.405.763	1.854.277
Outras receitas e despesas (líquidas)	466.350	1.034.228
Provisões trabalhistas e cíveis	(3.935.903)	(3.872.715)
	<u>48.479.294</u>	<u>80.282.035</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais consumidos	(2.494.275)	(6.328.228)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais	(48.646.804)	(47.116.316)
Perda na realização de ativos	(1.364)	-
	<u>(51.142.443)</u>	<u>(53.444.544)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(2.663.149)</u>	<u>26.837.491</u>
Depreciação e amortização	(26.154.393)	(25.200.524)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(28.817.542)</u>	<u>1.636.967</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas de Subvenções	89.234.413	118.509.680
Receitas financeiras	9.113.260	8.061.778
	<u>98.347.673</u>	<u>126.571.459</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>69.530.131</u>	<u>128.208.426</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>69.530.131</u>	<u>128.208.426</u>
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	59.016.112	60.577.334
Benefícios	11.795.880	11.580.525
FGTS	4.879.994	4.958.228
	<u>75.691.986</u>	<u>77.116.087</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	8.464.464	16.737.505
Estaduais	110.879	73.046
Municipais	3.066	13.293
	<u>8.578.409</u>	<u>16.823.843</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.022	36.075
Aluguéis	769.809	1.039.868
	<u>770.832</u>	<u>1.075.944</u>
Juros sobre adiantamento de capital	<u>594.761</u>	<u>10.543.488</u>
Lucro líquido / (Prejuízo) do período	<u>(16.105.856)</u>	<u>22.649.065</u>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019 (REAPRESENTADO)

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma.)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB ("Companhia") é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas, e estão sendo apresentadas para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

2.2 Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota nº 3b.

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi finalizada e autorizada para uso e divulgação pela Administração da Companhia em 31 de agosto de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas a seguir:

a) Moeda funcional e conversão de saldos determinados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Realização de créditos por venda de serviços (Nota 6), Realização dos estoques (Nota 11), Imposto de renda e contribuição social (Nota 26), Realização do IR/CS diferidos (Nota 14C), Suficiência do passivo atrelado ao plano de previdência e déficit atuarial (Nota 27) e Provisão para contingências trabalhistas e cíveis (Nota 20).

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 30 de junho de 2020 e 2019, não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

d) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) mensuradas ao custo amortizado;
- (b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) valor justo registrado por meio do Resultado.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o CPC 48.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 5), Créditos a receber (Nota 6), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pago (Nota 7), Direitos a receber (Nota 9) e Aplicação em títulos e valores mobiliários.

Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores, (Nota 16), Adiantamento de clientes (Nota 18), Credores por convênios (Nota 19), Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 22a) e Credores por depósitos.

Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos de proteção de hedge.

Impairment de Ativos Financeiros

O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perda esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

f) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

h) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "*impairment*" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

j) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

k) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

- i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;
- ii) As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;
- iii) As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real apurado ou prejuízos fiscais acumulados e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. Os impostos correntes também incluem qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

4. REAPRESENTAÇÃO

A Companhia realizou reclassificação de itens sobressalentes dos trens, do grupo de estoque de materiais no ativo circulante para o grupo do ativo imobilizado no ativo não circulante, Eliminou movimento do fluxo de caixa a variação de Recursos de subvenção do tesouro nacional, o que não refere-se a um movimento de caixa e registrou depreciação de bens do imobilizado com efeito retroativo, conforme divulgado a seguir. Os impactos dessa reclassificação estão apresentados na coluna "Ajuste/Reclassific." no balanço patrimonial contido nessa nota. Observando as disposições da NBC –TG 23 (Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros).

BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO	Ref.	2019 originalmente apresentado	Ajustes / Reclassific.	2019 reapresentado
ATIVO CIRCULANTE				
Estoque	(I)	31.483.402	(11.549.613)	19.933.790
Outros ativos circulantes		250.221.290	-	250.221.290
		281.704.692	(11.549.613)	270.155.080
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Imobilizado	(I)	1.327.594.174	11.549.613	1.339.143.787
Outros ativos não circulantes		62.228.210	-	62.228.210
		1.389.822.384	11.549.613	1.401.371.997
TOTAL DO ATIVO		1.671.527.076	-	1.671.527.077
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVO CIRCULANTE	Ref.	2019 originalmente apresentado	Ajustes / Reclassific.	2019 reapresentado
Passivos circulantes		46.902.955	-	46.902.955
		46.902.955	-	46.902.955
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Passivos não circulantes		197.857.160	-	197.857.160
		197.857.160	-	197.857.160
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Patrimônio líquido		1.426.766.962	-	1.426.766.962
		1.426.766.962	-	1.426.766.962
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.671.527.077	-	1.671.527.077

<i>Demonstração de resultado do período de 6 meses findo em 30/06/2019</i>	Ref.	Originalmente Apresentado 30/06/2019	Ajustes/ Reclassific. 30/06/2019	Reapresentado 30/06/2019
Custos dos serviços prestados	III	(123.918.024)	(1.600.006)	(125.518.030)
Demais receitas e despesas		148.167.095	-	148.167.095
Lucro líquido do período		24.249.071	(1.600.006)	22.649.065

<i>Demonstração de resultado do período de 3 meses findo em 30/06/2019</i>	Ref.	Originalmente Apresentado 30/06/2019	Ajustes/ Reclassific. 30/06/2019	Reapresentado 30/06/2019
Custos dos serviços prestados	III	(62.520.498)	(864.537)	(63.385.035)
Demais receitas e despesas		75.158.455	-	75.158.455
Lucro líquido do período		12.637.957	(864.537)	11.773.420

<i>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</i>	Ref.	Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 30 de junho de 2019 (Originalmente apresentado)		1.673.424.165	37.264.186	23.000.721	(669.350.323)	1.064.338.749
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	(76.604.125)	(76.604.125)
Resultado do período	III	-	-	-	(1.600.006)	(1.600.006)
Saldo em 30 de junho de 2019 (Reclassificado)		1.673.424.165	37.264.186	23.000.721	(747.554.454)	986.134.618

Demonstração dos resultados abrangentes do período de 6 meses findo em 30/06/2019				
	Ref.	Originalmente Apresentado 30/06/2019	Ajustes/ Reclassific. 30/06/2019	Reapresentado 30/06/2019
Lucro líquido do período	III	24.249.071	(1.600.006)	22.649.065
Lucro líquido do período		24.249.071	(1.600.006)	22.649.065
Outros resultados abrangentes		700.094	(700.094)	-
Resultado abrangente do período		24.949.165	(2.300.100)	22.649.065

Demonstração dos resultados abrangentes do período de 3 meses findo em 30/06/2019				
	Ref.	Originalmente Apresentado 30/06/2019	Ajustes/ Reclassific. 30/06/2019	Reapresentado 30/06/2019
Lucro líquido do período	III	12.637.957	(864.537)	11.773.420
Lucro líquido do período		12.637.957	(864.537)	11.773.420
Outros resultados abrangentes		350.046	(350.046)	-
Resultado abrangente do período		12.988.003	(1.214.583)	11.773.420

Demonstração dos fluxos de caixa				
	Ref.	Originalmente Apresentado 30/06/2019	Ajustes/ Reclassific. 30/06/2019	Reapresentado 30/06/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do período	III	24.249.071	(1.600.006)	22.649.065
Ajustado por:				
Depreciações e amortizações	III	23.600.518	1.600.006	25.200.524
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	II	(118.509.680)	118.509.680	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	II	118.509.680	(118.509.680)	-
Demais fluxos de caixa		16.216.745	-	16.216.745
		64.066.334	-	64.066.334
Saldo inicial de Caixa e equivalentes		131.974.827	-	131.974.827
Saldo final de Caixa e equivalentes		196.041.161	-	196.041.161
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes		64.066.334	-	64.066.334

Demonstração do Valor Adicionado				
	Ref.	Originalmente Apresentado 30/06/2019	Ajustes/ Reclassific. 30/06/2019	Reapresentado 30/06/2019
Depreciação, amortização e exaustão	III	(23.600.518)	(1.600.006)	(25.200.524)
Outros valores adicionados a distribuir		153.408.950	-	153.408.950
Valor adicionado a distribuir		129.808.432	(1.600.006)	128.208.426
Distribuição do valor adicionado				
Resultado retido	III	24.249.071	(1.600.006)	22.649.065
Outros valores adicionados a distribuir		105.559.361	-	105.559.361
Valor adicionado distribuído		129.808.432	(1.600.006)	128.208.426

- I) Reclassificação de itens sobressalentes dos trens, do grupo de estoque de materiais no ativo circulante para o grupo do ativo imobilizado no ativo não circulante, para melhor apresentação.
- II) Exclusão do movimento de ingressos de recursos e Subvenção do Tesouro Nacional para melhor apresentação.
- III) Registro de depreciações de bens do ativo imobilizado.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u> reapresentado
Caixa	18.000	18.000
Valores em trânsito	372.659	1.037.965
Aplicações de liquidez imediata	243.371.089	235.778.282
	<u>243.761.748</u>	<u>236.834.247</u>

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

6. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u> reapresentado
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	1.059.290	1.167.676
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	1.506.562	1.491.943
Provisão para risco de crédito	(357.918)	(357.918)
	<u>2.207.934</u>	<u>2.301.701</u>

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas da provisão para risco de crédito conforme a seguir:

Saldo Inicial Período	357.918
(+) Provisão	-
(-) Reversão	-
(-) Recebimento	-
Saldo Final Período	<u>357.918</u>

7. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

8. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITO DE EMPREGADOS

	<u>30/06/2020</u>		<u>31/12/2019</u> reapresentado	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Adiantamento de férias	2.080.551	-	3.573.976	-
Adiantamento de 13º Salario	3.733.622	-	-	-
Adiantamento por insuficiência de saldo (a)	71.619	-	144.005	-
Plano de Saúde (b)	70.751	212.729	25.655	212.729
Débitos de empregados	18.473	-	69.543	-
	<u>5.975.017</u>	<u>212.729</u>	<u>3.813.179</u>	<u>212.729</u>

a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. A conta de adiantamento de suficiência de saldo está deduzida da provisão para risco de crédito conforme a seguir:

Saldo Inicial do período	144.005
Pagamentos	948.660
Recebimentos	(978.585)
Provisão	(42.461)
Saldo do período	71.619

b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de conforme a seguir:

Saldo Inicial	238.384
Pagamentos	67.117
Recebimentos	(22.021)
Provisão	-
Saldo Final	283.480

9. DIREITOS A RECEBER

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u> reapresentado
Convênio Pessoal Cedido	4.546	7.192
Depósitos e Cauções	41.392	41.179
Dividendos/ Juros a Receber/ Outros devedores	170.737	69.636
Devedores Infração Legal e Contratual	157.924	157.924
	<u>374.599</u>	<u>275.931</u>

O valor de R\$ 157.924 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo o montante de R\$ 125.123 classificadas como perda remota e R\$ 32.801 classificado como perda possível, pela área jurídica da Companhia.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os valores de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSSL) a recuperar referem-se a retenções na fonte sobre a receita de aplicações financeiras e receita de aluguel a órgãos públicos.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u> reapresentado
PASEP/COFINS	839	839
CSSL	-	64
ICMS	345.859	345.859
IRRF	-	470
	<u>346.698</u>	<u>347.232</u>

11. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

	30/06/2020	31/12/2019 reapresentado
Estoques de materiais de consumo		
Material de TUES e Veículos	11.351.661	11.898.510
Material da Via Permanente	3.331.590	3.561.268
Sistemas operacionais	3.411.715	3.639.409
Materiais de expediente e administrativos	826.096	834.603
	18.921.062	19.933.790

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/06/2020	31/12/2019 reapresentado
Depósitos Judiciais Cíveis	23.064	22.385
Depósitos Judiciais Trabalhistas	22.149.827	20.714.312
Processos Judiciais - Recursos Próprios	251.558	251.702
	22.424.449	20.988.399

13. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA E GARANTIAS À JUÍZO

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 461.127 (R\$ 519.038 em 31 de dezembro de 2019) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. Os valores de penhora de receita própria, repostos pelo Tesouro Nacional através de receita de Subvenção de Sentença não liberados aos reclamantes são transferidos para conta Garantias à Juízo, que no período representam o valor de R\$ 42.411.917 (R\$ 35.448.285 em 31 de dezembro de 2019).

14. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

Contas	30/06/2020				31/12/2019 reapresentado
	Vida Útil (anos)	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	41.918.379	-	41.918.379	41.918.379
Edificações, estações e depósitos	25,00	263.529.440	(69.858.914)	193.670.526	196.333.085
Obras de arte (passarelas e viadutos)	33,33	167.034.314	(70.138.636)	96.895.678	98.540.701
Via permanente	33,33	604.946.676	(123.997.881)	480.948.795	487.082.140
Sistemas operacionais	11,11	324.684.396	(135.810.083)	188.874.313	194.580.026
Veículos ferroviários/aeromóvel	20,00	367.867.486	(125.318.373)	242.549.113	246.936.124
Veículos rodoviários	3,03	2.106.839	(1.074.615)	1.032.324	1.094.182
Equip. processamento de dados	4,55	6.196.273	(4.852.190)	1.344.083	1.569.822
Equip., máquinas e instrumentos	7,69	57.301.000	(44.121.769)	13.179.231	14.768.360
Instalações	9,09	29.601.127	(9.589.618)	20.011.509	21.089.810
Móveis e utensílios	10,00	9.605.103	(6.899.198)	2.705.905	2.931.957
Benfeitorias em bens de terceiros	5,88	14.091.449	(9.635.655)	4.455.794	4.621.100
Imobilizado em curso	-	17.073.727	-	17.073.727	16.085.448
Import.em andamento	-	63.040	-	63.040	63.040
Almoxarifado de bens imobilizados	-	11.549.613	-	11.549.613	11.549.613
		1.917.568.862	(601.296.832)	1.316.272.030	1.339.143.787

b) Movimentação do Imobilizado

Custo corrigido	31/12/2019				30/06/2020
	(reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	41.918.379	-	-	-	41.918.379
Edificações, estações e depósitos	263.408.686	-	-	120.754	263.529.440
Obras de arte (passarelas e viadutos)	167.034.314	-	-	-	167.034.314
Via permanente	604.946.676	-	-	-	604.946.676
Sistemas operacionais	323.669.993	1.293.058	-	(278.655)	324.684.396
Veículos ferroviários/aeromóvel	367.867.486	-	-	-	367.867.486
Veículos rodoviários	2.106.839	-	-	-	2.106.839
Equip. processamento de dados	6.840.587	11.698	(656.012)	-	6.196.273
Equipamentos, máquinas e instrumentos	57.291.988	9.012	-	-	57.301.000
Instalações	29.584.372	49.970	-	(33.215)	29.601.127
Móveis e utensílios	9.523.646	84.848	(3.391)	-	9.605.103
Benfeitorias em bens de terceiros	14.091.449	-	-	-	14.091.449
Imobilizado em curso	16.085.448	797.163	-	191.116	17.073.727
Importações em andamento	63.040	-	-	-	63.040
Almojarifado de bens imobilizados	11.549.613	-	-	-	11.549.613
TOTAL IMOBILIZADO CUSTO	1.915.982.516	2.245.749	(659.403)	-	1.917.568.862

	31/12/2019				30/06/2020
	reapresentado	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações, estações e depósitos	(67.075.601)	(2.783.313)	-	-	(69.858.914)
Obras de arte (passarelas e viadutos)	(68.493.613)	(1.645.023)	-	-	(70.138.636)
Via permanente	117.864.536)	(6.133.345)	-	-	(123.997.881)
Sistemas operacionais	(129.089.967)	(6.720.116)	-	-	(135.810.083)
Veículos ferroviários/aeromóvel	(120.931.362)	(4.387.011)	-	-	(125.318.373)
Equip. processamento de dados	(5.270.765)	(128.793)	547.368	-	(4.852.190)
Equipamentos, máquinas e instrumentos	(42.523.628)	(1.598.141)	-	-	(44.121.769)
Veículos rodoviários	(1.012.657)	(61.858)	-	-	(1.074.515)
Instalações	(8.514.562)	(1.075.056)	-	-	(9.589.618)
Móveis e utensílios	(6.591.689)	(307.509)	-	-	(6.899.198)
Benfeitorias em bens de terceiros	(9.470.349)	(165.306)	-	-	(9.635.655)
TOTAL DEPRECIÇÃO	(576.838.729)	(25.005.471)	547.368	-	(601.296.832)
TOTAL IMOBILIZADO	1.339.143.787	(22.759.722)	(112.035)	-	1.316.272.030

c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01 de janeiro de 2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 1.665.975 referente a depreciação e no valor de R\$ 566.431 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 34.805.661 (R\$ 35.905.205 em 31 de dezembro de 2019) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 17.930.308 (R\$ 18.496.739 em 31 de dezembro de 2019).

d) A Administração da Companhia através de relatório de teste de recuperação dos ativos emitido por especialistas em 29 de dezembro de 2019, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("Impairment"), conforme dispõe NBC TG 01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 333.536.374 em 30 de junho de 2020.

15. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Sociedade e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) Composição do intangível:

Contas	Taxa anual amortização (%)	30/06/2020		31/12/2019 reapresentado	
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de imóveis	Vida útil indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	Vida útil indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	20	12.728.958	(9.872.021)	2.856.937	3.660.587
Outras despesas de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		14.135.630	(9.902.893)	4.232.737	5.036.387

e) Movimentação do Intangível:

	31/12/2019 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2020
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	-	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	1.596	-	-	-	1.596
Marcas e Patentes	4.872	-	-	-	4.872
Softwares	12.494.357	234.601	-	-	12.728.958
Outras informática	26.000	-	-	-	26.000
TOTAL CUSTO	13.901.029	234.601	-	-	14.135.630
	31/12/2019 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2020
Marcas e Patentes	(4.872)	-	-	-	(4.872)
Softwares	(8.833.770)	(1.038.251)	-	-	(9.872.021)
Outras informática	(26.000)	-	-	-	(26.000)
TOTAL AMORTIZAÇÃO	(8.864.642)	(1.038.251)	-	-	(9.902.893)
TOTAL INTANGÍVEL	5.036.387	(803.650)	-	-	4.232.737

16. FORNECEDORES

	30/06/2020	31/12/2019 reapresentado
Fornecedores Nacionais		
Aquisição de Trens	13.225.761	12.961.073
Sistemas de energia e comunicação	2.719.954	4.084.551
Prestação de serviços	4.405.225	146.134
Energia Elétrica	2.977.578	3.336.312
Gastos gerais	2.810.726	3.859.279
	26.139.244	24.387.349

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/06/2020	31/12/2019 reapresentado
Férias e Encargos	12.975.054	14.086.497
Outras Obrigações Trabalhistas	5.182.238	52.426
	18.157.292	14.138.923

18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	30/06/2020	31/12/2019 reapresentado
Credores p/ Venda Créditos	1.278.026	991.022
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	866.693	718.961
Adiantamento Clientes Comerciais	104.480	46.480
	2.249.199	1.756.463

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

19. CREDORES POR CONVÊNIO

	30/06/2020	31/12/2019 reapresentado
Convênios SESI/SENAI	114.096	75.409
Assistência Saúde	622.162	545.769
Credores Diversos	611.824	376.959
	1.348.082	998.137

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. Em 30 de junho de 2020 a provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 122.384.044 (R\$ 121.990.584 em 31 de dezembro de 2019) para ações de empregados e de R\$ 2.076.007 (R\$ 1.850.005 em 31 de dezembro de 2019), para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	30/06/2020	31/12/2019
	Não Circulante	reapresentado
	Não Circulante	Não Circulante
Saldo no início do período	123.840.589	195.200.848
(+) Provisão	3.195.928	8.366.341
(-) Reversão	(2.324.060)	(19.125.577)
(-) Pagamentos	(252.406)	(60.601.023)
Saldo no final do período	124.460.051	123.840.589

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 30 de junho de 2020 compõe-se de R\$ 81.673.969 (R\$ 73.346.898 em 31 de dezembro de 2019) sendo ações de empregados R\$ 75.469.407 e R\$ 6.204.562 ações de empregados de empresas terceirizadas.

Compõe o saldo da provisão em 30/06/2020 o valor de 6 milhões referente ao valor não homologado do processo nº 0054500-36.1999.5.04.0027, que tem como objeto as diferenças salariais decorrentes da conversão da URV do ano de 1994. O valor de R\$ 57.457.825 já homologado (período de 1994 a 2017), foi pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sendo classificado pela área jurídica como remota as possibilidades de eventual provimento dos embargos.

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está composta como segue:

	30/06/2020	31/12/2019
	Não Circulante	reapresentado
	Não Circulante	Não Circulante
Saldo no início do período	19.762.532	24.862.823
(+) Provisões	3.068.013	-
(-) Reversões	(3.978)	(4.996.503)
(-) Pagamentos	(47.146)	(103.788)
Saldo no final do período	22.779.421	19.762.532

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 30 de junho de 2020 é de R\$ 11.717.567 (R\$ 17.160.601 em 31 de dezembro de 2019). A variação ocorrida é decorrente da tramitação dos processos judiciais já existentes.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R\$ 2.014.563.144 está representado por 9.531.343.524 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

Composição Acionária em	30/06/2020		31/12/2019 reapresentado	
	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	9.522.884.238	99,9112	9.522.884.238	99,9112
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0687	6.543.949	0,0687
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0201	1.915.337	0,0201
Total	9.531.343.524	100,0000	9.531.343.524	100,0000

Em reunião de Assembleia Geral Extraordinária de 29 de novembro de 2019 ocorreu a homologação do aumento de capital no montante de R\$ 341.138.979, equivalente a 2.412.474.647 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, que foram subscritas na sua totalidade, pela União. O valor do Capital Social da Companhia é de R\$ 2.014.563.144 (R\$ 2.014.563.144 em 31 de dezembro de 2019).

b) Prejuízos acumulados

O saldo da conta de Prejuízos Acumulados em 30 de junho de 2020 é de R\$ 666.047.708 (R\$ 651.607.828 em 31 de dezembro de 2019). O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 116.536.630 absorveu prejuízos acumulados em conformidade ao art. 189 da Lei 6.404/76.

22. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.

Em conformidade ao art. 74 do decreto 8.945/2016 e parágrafo único art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, os recursos recebidos até 31 de dezembro de 2016 são atualizados pela taxa SELIC até sua efetiva incorporação ao capital social e classificados no Passivo Não Circulante no total de R\$ 34.531.349 em 30 de junho de 2020. O resultado da atualização foi levado à conta de despesas financeiras no montante de R\$ 594.761 (R\$ 4.998.102 em 30 de junho de 2019).

Os recursos recebidos a partir de 01 de janeiro de 2017 não sofrem atualização e estão classificados no Patrimônio Líquido - Adiantamento para Aumento de Capital no total de R\$ 30.720.210 em 30 de junho de 2020 (R\$ 27.906.441 em 31 de dezembro de 2019).

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 89.234.413 (R\$ 118.509.680 no período de seis meses findo em 2019) composto a seguir:

Subvenção	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019 reapresentado	01/04/2019 à 30/06/2019 reapresentado
Pessoal	69.009.527	33.447.851	70.857.056	37.620.536
Sentença	8.435.446	6.652.929	41.854.742	3.859.850
Custeio	11.789.440	5.372.088	5.797.882	17.374.851
	89.234.413	45.472.868	118.509.680	58.855.237

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual - LOA/2020, número 13.978, de 17 de janeiro de 2020, e fixou a despesa da TRENURB para o exercício financeiro de 2020 em R\$ 312.886.508. Deste valor, R\$ 201.651.794 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 111.234.714 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	Lei Orçamentária	Recursos Próprios Fonte 250/280	Recursos Subvenção Fonte 100
Pessoal	166.586.508	81.651.794	84.934.714
Sentença	26.300.000	-	26.300.000
Custeio	119.000.000	119.000.000	-
Investimento	1.000.000	1.000.000	-
	312.886.508	201.651.794	111.234.714

23. RECEITA LÍQUIDA

	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019 reapresentado	01/04/2019 à 30/06/2019 reapresentado
RECEITA BRUTA				
Serviço de transporte metroviário	50.543.083	15.032.048	81.266.245	45.728.481
Aluguéis, arrendament. e concessões	1.405.763	519.662	1.854.277	910.228
	51.948.846	15.551.710	83.120.522	46.638.709
Tributos sobre a receita bruta	(130.033)	(48.069)	(171.521)	(84.196)
	(130.033)	(48.069)	(171.521)	(84.196)
RECEITA LÍQUIDA	51.818.813	15.503.641	82.949.001	46.554.513

A variação da Receita Líquida no período de três e de seis meses findo em 30 de junho de 2020 deve-se, principalmente, a redução de passageiros ocasionada pela pandemia do COVID-19.

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019 Reapresentado	01/04/2019 à 30/06/2019 reapresentado
Pessoal e Encargos	54.047.140	26.858.888	54.818.835	28.140.872
Serviços de Terceiros	22.586.874	11.266.023	20.987.309	10.331.126
Consumo de Materiais	2.349.109	1.126.313	6.129.220	2.575.351
Energia de Tração	15.928.499	7.784.190	15.969.249	8.174.941
Serviços de Utilidade Pública	4.317.322	2.015.572	4.276.441	2.043.746
Depreciação	24.093.553	12.036.676	23.248.407	12.078.729
Outros Custos	66.623	27.440	88.569	40.270
	123.389.120	61.115.102	125.518.030	63.385.035

25. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019 reapresentado	01/04/2019 à 30/06/2019 reapresentado
Pessoal e Encargos	28.407.945	9.971.919	29.970.203	15.966.723
Serviços de Terceiros	4.529.014	2.338.127	4.540.463	2.380.794
Consumo de Materiais	145.165	75.779	199.007	44.951
Serviços de Utilidade Pública	921.658	446.871	758.899	364.517
Depreciação/ Amortização	2.060.840	1.044.114	1.952.117	1.004.409
Outras Despesas	1.631.664	693.147	2.077.528	1.051.218
	37.696.286	14.569.957	39.498.217	20.812.612

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e a Contribuição social são calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes. A base de cálculo é a seguinte:

	Imposto de Renda			
	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019 reapresentado	01/04/2019 à 30/06/2019 reapresentado
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(15.376.928)	(18.955.065)	31.569.006	17.055.638
Adições / (Exclusões) permanentes	2.163.709	1.117.382	2.695.086	1.340.720
Adições / (Exclusões) temporárias	(998.200)	482.860	(2.904.231)	524.435
Lucro Real	(14.211.419)	(17.354.823)	31.359.861	18.920.794
(-) Compensação Prej. Fiscal e B. Negativa - 30%	-	-	(9.407.958)	(5.676.238)
Alíquota - 9%	-	-	-	-
Alíquota - 10%	-	-	2.183.190	1.318.456
Alíquota - 15%	-	-	3.292.785	1.986.683
Total Imposto	-	-	5.475.976	3.305.139
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	-	-	(131.711)	(79.467)
(-) Doações e incentivos	-	-	-	-
Despesa de imposto de renda do período	530.893	530.893	5.344.265	3.225.672

	Contribuição Social			
	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2019 à 30/06/2019 reapresentado	01/04/2019 à 30/06/2019 reapresentado
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(15.376.928)	(18.955.065)	31.569.006	17.055.538
Adições / (Exclusões) permanentes	2.163.709	1.117.382	2.695.086	1.340.720
Adições / (Exclusões) temporárias	(998.200)	482.860	(2.904.231)	524.435
Lucro Real	(14.211.419)	(17.354.823)	31.359.861	18.920.794
(-) Compensação Prej. Fiscal e B. Negativa - 30%	-	-	(9.407.958)	(5.676.238)
Alíquota - 9%	-	-	1.975.671	1.192.010
Alíquota - 10%	-	-	-	-
Alíquota - 15%	-	-	-	-
Total Imposto	-	-	1.975.671	1.192.010
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	-	-	-	-
(-) Doações e incentivos	-	-	-	-
Despesa de contribuição social do período	198.034	198.034	1.975.671	1.192.010

27. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado TRENSURB PREV, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), na modalidade de Contribuição Variável, que assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria, entrada em invalidez e morte. Nessa modalidade, que conjuga características de Contribuição Definida e Benefício Definido, o plano é Contribuição Definida enquanto o participante (empregado) é ativo e torna-se um Benefício Definido quando da concessão de um benefício.

Na fase ativa do plano pode ocorrer desequilíbrio nos casos de concessão de aposentadoria por invalidez e pensão por morte, caso o custeio atuarial ou premissas atuariais não aderentes ao plano. Quando da concessão do benefício, cujo valor é calculado com base no saldo de conta formada pelas contribuições patronais e individuais em favor do participante, o plano também apresenta risco, pois há a opção de concessão de renda vitalícia. O benefício é calculado com base em premissas atuariais (estabelecidas abaixo) e caso essas premissas não se concretizem (o assistido tenha uma sobrevida maior do que o esperado, por exemplo) pode haver um desequilíbrio no plano.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais	
Taxa de Juros Atuarial	4,10% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	Zero
Taxa de Rotatividade	0,00%
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	TASA 27

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

	31/12/2019 reapresentado
Ativos Líquidos	
Patrimônio - P	73.896.956
Passivos Atuariais (Valor Presente)	
Benefícios Concedidos - A	34.167.659
Benefícios a Conceder - B	43.527.883
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	(4.437.443)
Patrocinadora - C1	(2.175.991)
Participante - C2	(58.462)
Assistidos - C3	(2.202.990)
Total das Provisões - D = A + B + C	73.258.099
Fundo Previdencial - E	122.041
Superávit/Déficit Atuarial - F = P + D - E	516.816
Valor do Ajuste de Precificação = G	1.500
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	518.316

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2019, o plano Trensurb Prev, apresentou um superávit técnico de R\$ 516.816.

A *duration* do plano foi de 10,74 anos no encerramento de 2019. A premissa de juros atuarial foi alterada de 4,50% a.a. para 4,10% a.a. Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 9,18% no ano, enquanto a meta atuarial de 2019 (INPC + 4,50%) foi de 9,18%, portanto o resultado dos investimentos foi superior à meta atuarial estabelecida.

Quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora, cabe informar que sua amortização ocorrerá conforme Plano de Equacionamento de Déficit 2013 e 2014 e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.191.025, com prazo remanescente de amortização de 70 meses.

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008.

28. GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIROS

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TREN SURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos Riscos.

a) Risco de Preços Tarifários

A companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte, e com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TREN SURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R\$ 333.498.061 (R\$ 333.298.061 em 31 de dezembro de 2019).

d) Risco de taxas de juros

A companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

29. SEGUROS

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.

A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da Companhia e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no período de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019 foram como segue:

Parte Relacionada	Contrato	Valor contratual	Valores Pagos 01/01/2020 à 30/06/2020	Valores Pagos 01/04/2020 à 30/06/2020	Valores Pagos 01/01/2019 à 30/06/2019 reapresentado	Valores Pagos 01/04/2019 à 30/06/2019 reapresentado
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.17/2015	1.750.000	71.029	7.700	70.202	2.053
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	120.17/17-1	30.000	3.387	1.574	3.603	65.382
Imprensa Nacional	120.10/15-3	250.000	384.600	384.600	-	0
Total		2.390.000	459.016	393.874	73.805	67.435

Parte Relacionada	Contrato	Valor contratual	Valores Recebidos 01/01/2020 à 30/06/2020	Valores Recebidos 01/04/2020 à 30/06/2020	Valores Rec. 01/01/2019 à 30/06/2019 reapresentado	Valores Rec. 01/04/2019 à 30/06/2019 reapresentado
Caixa Econômica Federal	01.120.031/2013	360.000	-	-	15.378	7.690
Total		360.000	-	-	15.378	7.690

Administrador / Conselheiro	Parte Relacionada	Valores pagos até 30/06/2020	Valores pagos até 30/06/2019 reapresentado
João Manoel da Cruz Simões	Ministério da Economia	-	46.733
Danilo Ferreira Gomes	Ministério do Desenvolvimento Regional	-	41.057
Silvani Alves Pereira	Ministério do Desenvolvimento Regional	-	30.077
Reine Antônio Borges	Ministério do Desenvolvimento Regional	14.230	23.489
Carlos Biedermann	Ministério da Economia	15.960	-
Ricardo Richinitti Hingel	Ministério da Economia	16.306	-
Ronald Krummenauer	Ministério da Economia	13.300	-
Rafael Bicca Machado	Ministério da Economia	7.980	-

Os valores pagos aos conselheiros no período referem-se a remunerações.

31. IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONA VÍRUS (COVID-19)

A Companhia assumiu em março, no início da Pandemia do COVID 19, cientes de que nossa empresa se constitui num vetor de disseminação viral do Estado: 180 mil passageiros/dia útil, utilizando uma frota de 160 vagões (TUEs-Trens Unidades Elétricas). O desafio era o de combater a lógica, potencialmente trágica. No primeiro dia, determinamos o uso máximo de comboios duplos, 8 vagões ao invés dos clássicos 4, ofertando mais espaço e garantindo mais conforto e segurança aos passageiros. Reforçamos as equipes de limpeza, garantindo, em cada viagem, a completa higienização com álcool nos vagões, corrimãos, catracas, balcões e terminais bancários e nos pontos de atendimento, além do uso obrigatório de máscaras e disponibilização de álcool em todas as Estações e postos de venda de passagens. Além de lavatórios nas plataformas.

Aos empregados, garantimos assistência médica e ambulatorial para exames e testes (em convênio com o SESI), e encontramos neles um grande espírito de equipe que garantiu o bom resultado da campanha de prevenção.

Além disto, nossos clientes, constatando o ímpeto de nossa campanha de esclarecimento público, tiveram razões objetivas para confiarem na seriedade e qualidade dos serviços prestados à Região Metropolitana.

A Administração da Companhia acredita que o impacto do covid-19 na operação da empresa, provavelmente, será derivado da pandemia no cenário macroeconômico. Julgamos não haver elementos suficientes para se proceder a uma avaliação aprofundada com projeções que alcancem os impactos futuros de médio e longo prazo. Porém, não há risco de continuidade operacional, uma vez que, possível frustração de receita será subsidiada pela União com o aumento da subvenção de custeio.

32. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	30.927	24.759	27.473
Empregados	36.768	1.895	8.063

Porto Alegre, 31 de agosto de 2021.

PEDRO DE SOUZA BISCH NETO

Diretor Presidente
CPF 176.117.840-72

GERALDO LUIS FELIPPE

Diretor de Administração e Finanças
CPF 371.129.910-68

LUÍS EDUARDO FIDELL ANTUNES

Diretor de Operações
CPF 906.145.420-49

TALITHA DA SILVEIRA MENGER DE SOUZA

Setor de Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 090.987
CPF 029.422.060-71

JAIR BERNARDO CORREA

Gerência de Orçamento e Finanças
CPF 440.204.900-82